



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

**LUANA ALVES - PSOL - 26ºGV**

### **PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2021**

*Acrescenta a denominação da Rua Abolição, para a Rua Abolição e Liberdade - Esperança Garcia, em homenagem à primeira advogada negra brasileira.*

#### **A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:**

**Art. 1º** Acrescenta a denominação da Rua Abolição, para a Rua Abolição e Liberdade - Esperança Garcia, em homenagem à primeira advogada negra brasileira.

**Art. 2º** – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2021.

**Vereadora Luana Alves**  
**Líder do PSOL**



## JUSTIFICATIVA

O ano era 1770 e uma mulher negra, mãe, escravizada, escreveu uma carta em 6 de setembro, endereçada ao governador da capitania do Piauí. Em ato de insurgência às estruturas que a desumanizavam, ela denunciava as situações de violência que ela, as companheiras e seus filhos sofriam na fazenda de Algodões, região próxima a Oeiras, a 300 quilômetros da futura capital, Teresina.

O documento histórico é uma das primeiras cartas de direito que se tem notícia. É um símbolo de resistência e ousadia na luta por direitos no contexto do Brasil escravocrata no século XVIII – mais de cem anos antes de o Estado brasileiro reconhecê-los formalmente.

Esperança Garcia possivelmente aprendeu a ler e escrever português com os padres jesuítas catequizadores. Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, pelo marquês de Pombal e a passagem da fazenda para outros senhores de escravo, ela foi transferida para terras do capitão Antônio Vieira de Couto. Longe do marido e dos filhos maiores, usou a escrita como forma de luta para reivindicar uma vida com dignidade.

A *carta* foi encontrada em 1979 no arquivo público do Piauí, pelo pesquisador e historiador Luiz Mott. Em reconhecimento da importância histórica do documento escrito por Esperança, atendendo às reivindicações do movimento negro no Piauí, a data de 6 de setembro foi oficializada como o Dia Estadual da Consciência Negra, em 1999. Em setembro de 2017, duzentos e quarenta e sete anos depois da escritura da carta, através de solicitação da *Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do Piauí*, Esperança Garcia foi reconhecida pela OAB/PI como a primeira advogada piauiense.

A narrativa de Esperança é marcada pela indignação e a coragem de resistir. Denuncia os maus tratos, o autoritarismo e requer o direito de viver livre de violência para si e para os outros. É uma singular expressão da luta por direitos humanos que nasce das senzalas, das ruas, dos lugares onde as sujeitas historicamente oprimidas se insurgem por liberdade e igualdade.



Conhecer, lembrar e compartilhar a voz de Esperança Garcia é um imperativo para a luta contra o racismo e por igualdade de gênero, raça e classe no Brasil. É também alimento para a força e coragem de resistência do SOLO PRETO e INDÍGENA ao perigo de uma única história, a do colonizador. É peça fundamental para compor as memórias de luta e resistência do povo negro e construir as caixas amplificadoras de vozes historicamente silenciadas. E nada mais justo e necessário fazer isso no dia 11 de agosto, dia da advocacia, e na rua onde hoje está sediada a sede do Sindicato dos advogados/as de São Paulo.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2021.

**Vereadora Luana Alves**  
**Líder do PSOL**